



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024, PARA DEMONSTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023, CONFORME DISPUNHA A LEI COMPLEMENTAR 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (CONVOCADA ATRAVÉS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2024).

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quatro minutos, ocupou a Presidência dos trabalhos o Vereador Eduardo Duarte do Nascimento que abriu a Sessão de Audiência Pública. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento convidou o Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário Municipal da Fazenda e responsável pelo expediente da Secretaria Municipal de Planejamento Econômico, para que tomasse assento junto à Presidência. Convidou o Sr. Adelson Lélis da Silva, Diretor Contábil-Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília para que tomasse assento junto à Presidência e convidou o Sr. Cláudio Pereira Novaes, Diretor Adjunto da Fiscalização de Rendias da Prefeitura Municipal de Marília para que tomasse assento junto à presidência. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento registrou a presença das seguintes pessoas que compareceram para acompanhar a presente Audiência Pública: Carlos Alberto Ferreira da Silva, Diretor da Fiscalização de Rendias, José Ivan Doreto Campanari, Assessor do Secretário de Planejamento Econômico, Pablo Boldorini, Instrutor de Informática – STI e Fábio Fernandes, Assessor de Gabinete da Secretaria da Fazenda. Registrou também a presença do Vereador Sérgio Antônio Nechar. Dando início aos trabalhos, o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento declarou aberta a presente Audiência Pública, em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que ocorria nos termos da Lei nº 5863, de 17 de junho de 2004, que regulamentava as Audiências Públicas e de acordo com a Correspondência nº 181/2024, para demonstração e avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2023. Informou que a Audiência Pública foi convocada através do Edital de Convocação nº 2/2024. Informou ao Plenário que os representantes das Secretarias Municipais da Fazenda e de Planejamento Econômico teriam uma hora para fazer suas explanações. Concluídas as exposições, informou que os membros do poder legislativo poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto e que também os demais participantes da Audiência Pública, poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, presencialmente, se inscrevendo antecipadamente junto à mesa ou enviando as perguntas através do e-mail camara@camar.sp.gov.br. Informou ao Plenário que o Sr. Adelson Lélis da Silva, Diretor Contábil-Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília, faria a exposição dos números e planilhas demonstrando e avaliando as metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2023. Os questionamentos seriam respondidos pelo Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário da Fazenda, pelo Sr. Adelson ou pelo Sr. Cláudio. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento passou a palavra ao Sr. Adelson Lélis da Silva, Diretor Contábil-Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília. Terminada a explanação, o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento passou às perguntas dos Senhores Vereadores relacionadas ao assunto. O Vereador Sérgio Antônio Nechar questionou com relação à saúde o que estava estabelecido como montante no orçamento, um valor que não foi repassado. Disse que 15% era impossível administrar a saúde, sendo no mínimo 27% o percentual necessário. O Sr. Adelson Lélis da Silva, Diretor Contábil-Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília disse que os 15% correspondia a onze milhões, cento e quarenta e oito mil reais. Disse que a secretaria havia ficado com mais do que o percentual de 15% e informou os valores repassados pelo Governo do Estado. O Vereador Sérgio Antônio Nechar disse que era muito pouco a parcela paga pelo Governo Estadual e que era necessário que os atuais Deputados conseguissem aumentar esse percentual. Disse que o demonstrativo recebido na audiência pública serviria para esclarecer os municípios quanto os valores repassados. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento disse que os 15% estava previsto na Constituição, questionou quanto foi gasto em Marília, no que foi respondido que foi 25% aproximadamente de recursos próprios, fora as transferências que eram 100% aplicadas na saúde. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento disse que houve dificuldade de pagar em dia os aposentados e pensionistas pelo executivo, gostaria de saber se no presente ano todos os servidores receberiam em dia. E quanto aos aportes e repasses ao Ipremm, se seriam feitos em dia. O Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário da Fazenda disse que no ano passado a folha de pagamento teve dificuldades com os aposentados, mas os servidores ativos receberam em dia. Disse que tiveram dificuldade em janeiro porque tiveram que pagar a folha sem o Fundeb, mas o mês de fevereiro estava garantido o pagamento em dia e que o Ipremm seria pago depois do pagamento da folha, mas já havia 40% reservado. Disse que estavam trabalhando a curto prazo, além da folha, havia os fornecedores e outras contas a pagar. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou quanto estava a folha dos servidores efetivos, no que foi respondido que estava em torno 28 milhões bruta e líquida 20 milhões, sendo 10 milhões do Fundeb. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou em que valor estaria a folha dos aposentados, no que foi respondido que líquida 9 milhões. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou o limite de gastos, no que foi informado que foi no percentual de 40% no final do ano, não incluídos os aportes que aumentaria o percentual. O Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário da Fazenda disse que dentro da legalidade estavam no limite prudencial. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou o aumento deste ano para os funcionários, no que foi respondido pelo Sr. Ramiro que esse assunto era comandado pelo gabinete e que veriam, tendo em vista as perdas com o ICM e fundo de participações. O Governo Federal fez aporte, mas não foi o suficiente. Encerrada a participação dos Vereadores, o Presidente consultou a Secretaria se havia interessados em formular perguntas relacionadas ao assunto, que foi informado que não havia. Quando eram nove horas e quarenta e nove minutos e nada mais havendo para ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente Audiência Pública, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cláudia Maria Ferreira, que secretariei a audiência. Fica fazendo parte integrante da presente Ata, o DVD relativo à Audiência Pública, de acordo com a Resolução n. 296, de 10 de abril de 2007.